



Administração, Políticas Públicas e Tribunais de Contas: panorama, complexidades e perspectivas

Professor

Weder de Oliveira

Carga Horária

Datas dos Encontros

02 (remoto), 11 e 12 de julho

30 de julho (remoto), 8 e 9 de agosto

Horário

02.07 19h00 – 21h30

11.07 13h00 – 20h30

12.07 13h30 – 16h30

30.07 19h00 – 21h30

08.08 13h00 – 20h30

09.08 13h30 – 16h30

Ementa do curso

Entidades fiscalizadoras superiores. Teoria e evolução do controle externo da administração e das políticas públicas pelos tribunais de contas. Panorama das relações dos tribunais de contas com a administração pública. Funções, competências, atribuições, jurisdição, processualística. Auditorias e avaliação de políticas públicas. Acompanhamento das finanças públicas. Combate à corrupção. Relacionamentos com o Poder Legislativo e com as entidades da administração direta e indireta, e com as demais instituições de controle. Complexidades, críticas e perspectivas das relações da administração com os tribunais de contas e destes com as políticas públicas.

Objetivos do curso

Promover a expansão e o aprofundamento do conhecimento das múltiplas dimensões do relacionamento da administração e das políticas públicas com a instituição tribunal de contas, entidade fiscalizadora superior, com destaque para aspectos controversos, jurídicos e operativos, de modo a ampliar e racionalizar a compreensão de suas funções e de sua relevância na organização e funcionamento do Estado brasileiro, e de suas interações com os poderes, com as demais instituições de estatura constitucional, e com a sociedade.

Metodologia de Ensino

Exposições dialogadas e debates, baseados em textos e casos.

Forma de Avaliação

A avaliação compreende duas atividades:

- Seminário: o mestrando deverá apresentar e iniciar a discussão de texto temático, que lhe será previamente designado.
- Trabalho final: o mestrando deverá apresentar artigo sobre tema compatível com a disciplina, redigido segundo as normas técnicas de redação de dissertações de mestrado, contendo entre 4.000 e 6.000 palavras, ser entregue até o dia 1º/9/ 2024.

A nota final da disciplina será a média das duas notas: apresentação do seminário e artigo.

Mínicurriculo do docente

Ministro-Substituto do Tribunal de Contas da União. Doutorando e mestre em Direito pela Universidade de São Paulo (USP). Pós-graduado *lato sensu* em Economia (The Theory and Operation of a National Modern Economy, The George Washington University, Estados Unidos). Pós-graduado em Engenharia de Produção de Petróleo, Petrobras/Universidade Federal da Bahia (UFBA). Graduado em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). Graduado em Engenharia Civil, Universidade Federal de Goiás (UFG). Professor do Mestrado Profissional em Administração Pública da EAB/IDP, dos cursos de pós-graduação em Direito Tributário e Direito Administrativo e da graduação em Direito (Direito Financeiro) da EDB/IDP.

Trabalhou no Congresso Nacional por dez anos, como consultor de orçamentos e fiscalização financeira da Câmara dos Deputados e consultor de orçamento, fiscalização e controle do Senado Federal e. Foi auditor-fiscal da Receita Federal e engenheiro de produção de petróleo da Petrobrás. Assessorou o relator e a Comissão Especial da Câmara dos Deputados instituída para examinar o Projeto de Lei de Responsabilidade Fiscal, em 1999. Assessorou o presidente da Comissão Mista Especial instituída para reformular o processo orçamentário no Congresso Nacional (Resolução nº 1/2006-CN), em 2005. Assessorou a Presidência do Senado Federal, na Assessoria de Modernização e Planejamento, em 2008. Coordenou equipes técnicas e assessorou relatores e presidentes de oito comissões parlamentares de inquérito entre os anos de 2000 e 2008: CPI das ONGs, CPMI das Ambulâncias, CPMI dos Correios, CPI dos Bingos, CPMI do Mensalão, CPI da Ocupação Irregular de Terras Públicas na Região Amazônica, CPI do Banespa, CPI dos Medicamentos.

Autor dos livros:

Curso de Responsabilidade Fiscal: Orçamento, Direito e Finanças Pública-Volume I, 1136p, 2ª edição. Editora Fórum, 2015.

Lei de Diretrizes Orçamentária / Gênese, funcionalidade e constitucionalidade: retomando as origens. Editora Fórum, 2017.

Artigos publicados:

Contribuição do controle externo para o aprimoramento de política pública: o caso da compensação ambiental e a atuação do Tribunal de Contas da União. Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura, Regulação e Compliance. São Paulo, v. 7, n. 26, p. 113-142, jul./set. 2023.

Educação e Federalismo: As vicissitudes de Financiamento e Governança do Plano Nacional de Educação. In: Arquivos Analíticos de Políticas Públicas, Vol. 29, nº 167, 13 dez. 2021.

Precisamos falar sobre contas...uma nova perspectiva sobre a apreciação das contas anuais do Presidente da República pelo Congresso Nacional mediante parecer prévio do Tribunal de Contas da União. In: Contas governamentais e responsabilidade fiscal / Desafios para o controle externo, Editora Fórum, 2017.

RMS 25.943-DF/ STF - A ação fiscalizadora ampla, concentrada e ostensiva da Controladoria-Geral sobre a aplicação de recursos federais transferidos nos municípios. In: Direito Financeiro na Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal: Homenagem ao Ministro Marco Aurélio. Editora Juruá, 2016.

15 Anos de Lei de Responsabilidade Fiscal: Um pouco de história e de essência. In: Responsabilidade Fiscal – Análise da Lei Complementar nº 101/2000. OAB, Conselho Federal, 2016.

Ação Declaratória de Inconstitucionalidade 2117-DF - Art. 73, § 2º, da Constituição Federal: Critério de escolha de ministros ou de composição do Tribunal? In: O Direito Administrativo na Jurisprudência do STF e do STJ: Homenagem ao Professor Celso Antônio Bandeira de Mello. Editora Fórum, 2014.

Regime Diferenciado (?) de Contratações Públicas – A nova estruturação do sistema brasileiro

de licitações”. In: Licitações, Contratos e Convênios Administrativos: Desafios e Perspectivas, Editora Fórum, 2013

O equilíbrio das finanças públicas e a Lei de Responsabilidade Fiscal. In: Lei de Responsabilidade Fiscal – Ensaio em comemoração aos 10 anos da Lei Complementar nº 101/00, Editora Fórum, 2010.

Lei de Responsabilidade Fiscal: Os avanços e aperfeiçoamentos necessários”, com José Roberto Afonso e Amir Khair. In: Gasto Público Eficiente – 91 Propostas para o desenvolvimento do Brasil. Organizador: Marcos Mendes.

Professor e palestrante nas áreas de direito administrativo, direito financeiro, controle externo, tribunais de contas, auditoria governamental, administração pública, finanças públicas, orçamento público, licitações e contratos e Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ministrou cursos em diversas instituições, entre outras: no Instituto Sezerdello Corrêa (ISC), do Tribunal de Contas da União, na Escola Superior de Educação Fazendária (Esaf), na Escola Nacional de Administração Pública (Enap), no Centro de Formação, Aperfeiçoamento e Treinamento da Câmara dos Deputados (Cefor), no Instituto Legislativo Brasileiro, do Senado Federal, na Escola Paulista da Magistratura, na Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, na Escola Superior de Contas do Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso.



Módulo I – Aula 1 (dia 2 de julho, quinta-feira, 19h00 às 21h30)

Apresentação da disciplina, exposição dogmática e discussões.

Nas aulas dos módulos II a IV, serão apresentados seminários e discutidos casos, estudos, experiências, decisões e doutrinas, complementados por exposições dogmáticas. Os textos a serem estudados e debatidos e os mestrandos que apresentarão os seminários serão definidos ao final da primeira aula.

Os temas poderão ser alterados até o início das aulas

Módulo II – Aula 2 (dia 11 de julho, sexta-feira, 13h00 às 20h30)

Exposição dogmática, apresentação de seminários e discussão de casos, estudos, experiências, decisões e doutrinas sobre os seguintes temas:

Tema 1 – Reforma da administração pública

Tema 2 – Organizações sociais

Módulo II – Aula 3 (dia 12 de julho, sábado, 13h30 às 16h30)

Exposição dogmática, apresentação de seminários e discussão de casos, estudos, experiências, decisões e doutrinas sobre os seguintes temas:

Tema 3 – Administração pública de resultados

Tema 4 – Controle da administração pública e seus limites

Módulo III – Aula 4 (30 de julho, quinta-feira, 19h00 às 21h30)

Exposição dogmática, apresentação de seminários e discussão de casos, estudos, experiências, decisões e doutrinas sobre os seguintes temas:

Tema 5 – Obras públicas

Tema 6 – Corrupção

Módulo IV – Aula 5 (8 de agosto, sexta-feira, 13h00 às 20h30)

Exposição dogmática, apresentação de seminários e discussão de casos, estudos, experiências, decisões e doutrinas sobre os seguintes temas:

Tema 7 – Políticas públicas

Tema 8 – Finanças públicas

Tema 9 - Governança

Tema 10 – Tribunais de Contas

Módulo IV – Aula 6 (9 de agosto, sábado, 13h30 às 16h30)

Exposição dogmática, apresentação de seminários, discussão de textos sobre o tema abaixo e encerramento da disciplina.

Tema 11 - Inovação na administração pública

Bibliografia

- BORN, John, Sir. Public sector auditing: is it value for money? Chichester, England: John Wiley & Sons, 2007.
- DECOMAIN, Paulo Roberto. Tribunais de Contas no Brasil. São Paulo: Dialética, 2006.
- IOCKEN, Sabrina Nunes. Controle compartilhado das políticas públicas. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2018.
- JACOBY, Jorge Ulisses Fernandes. Tribunais de Contas do Brasil. 4ª edição. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2016.
- LOPES Jr, Eduardo Monteiro. A judicialização da política no Brasil e o TCU. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- LIMA, Luiz Henrique; OLIVEIRA, Weder; CAMARGO, João Batista (Coord.). Contas governamentais e responsabilidade fiscal: desafios para o controle externo / Estudos de Ministros e Conselheiros Substitutos dos Tribunais de Contas. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2016.
- MEDAUAR, Odete. Controle da administração pública. 3ª edição. São Paulo, Revista dos Tribunais: 2014.
- OLIVEIRA, Weder. Curso de Responsabilidade Fiscal: Orçamento, Direito e Finanças Públicas / Volume I. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2015.
- PEREZ, Marcos Augusto; SOUZA, Rodrigo Pagani (Coord.). Controle da administração pública. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2017.
- POLLITT, Christopher et al. Desempenho ou legalidade? Auditoria operacional e de gestão pública em cinco países. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2008.
- SANTISO, Carlos. The political economy of government auditing: financial governance and the rule of law in Latin America and beyond. New York: Routledge, 2009.
- SOUSA, Alfredo José et al. O novo Tribunal de Contas: órgão protetor dos direitos fundamentais. 3ª ed. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2005.
- SOUSA JUNIOR, José Geraldo (Org.). Sociedade democrática, direito público e controle externo. Brasília: Tribunal de Contas da União, 2006.
- SPECK, Bruno. Inovação e rotina no Tribunal de Contas da União: o papel da instituição superior de controle financeiro no sistema político-administrativo do Brasil. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.
- WILLEMANN, Marianna Montebello. Accountability democrática e o desenho institucional dos Tribunais de Contas. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2017.